

Título:
Política de Proteção de Dados Pessoais

Código: **Versão:**
POL-013 **001**

1. CONCEITO

Aruana Seguradora S.A. (**Aruana**) está comprometida em manter a privacidade dos dados pessoais obtidos no curso de suas atividades como seguradora e cumprir as leis e regulamentos aplicáveis sobre o tratamento de dados pessoais, incluindo os dados sensíveis. Isso inclui, mas não está limitado, a Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

A **Aruana** decidiu adotar uma Política de Proteção de Dados Pessoais com procedimentos e medidas organizacionais adequadas contra o tratamento não autorizado e ilegal de dados pessoais, contra perda, danos ou destruição acidental, para assegurar que os dados pessoais, incluindo os dados sensíveis, sejam devidamente protegidos.

A **Aruana** trata as informações pessoais para fins de subscrição de seguros, gestão de sinistros, marketing, distribuição, contabilidade, gestão de vendedores, pesquisa, gestão de riscos e outros fins comerciais às informações sobre pessoas e entidades dentro de organizações com as quais trabalha, incluindo corretores, produtores, agentes, seguradoras, reguladores de sinistros, administradores terceiros, empresas de marketing e publicidade, empresas de tecnologia da informação, advogados, assessores, consultores e outros prestadores de serviços que prestam uma ampla variedade de serviços voltados à execução de seus negócios.

As dúvidas sobre a legislação aplicável e/ou processos que envolvam coleta ou utilização especial de dados pessoais, podem ser direcionadas ao “Comitê de Tratamento de Dados” formado pelos gestores das Áreas Jurídica, de Risco, Controles Internos e o Encarregado de Dados através do e-mail dpo@aruanaseguradora.com.br

2. ABRANGÊNCIA

Aplicam-se a todos os funcionários, estagiários, administradores, representantes, parceiros comerciais, parceiros do setor de seguros e demais colaboradores da Aruana Seguradora S.A. em todo o território nacional brasileiro.

3. DEFINIÇÕES

Os termos e expressões a seguir, quando escritos em letras maiúsculas, deverão ter os seguintes significados, conforme definido abaixo:

O “**Comitê de Tratamento de Dados**” é um comitê especificamente dedicado a lidar com a proteção e o tratamento dos dados dos segurados, estipulantes, clientes da Aruana e é composto pelos gestores das Áreas Jurídica, de Risco, Controles Internos e o Encarregado de Dados.

Título:
Política de Proteção de Dados Pessoais

Código: **Versão:**
POL-013 **001**

“**LGPD**” significa Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018.

“**Aruana**” ou “**Seguradora**” significa Aruana Seguradora S.A.

“**Controlador de Dados**” significa uma pessoa natural ou jurídica (Aruana Seguradora), de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao Tratamento de Dados Pessoais.

“**Encarregado de Dados**” ou “**DPO**” significa a pessoa na Aruana Seguradora que é o responsável por coordenar e assegurar a conformidade com a Política de Proteção e Tratamento de Dados Pessoais e requisitos legais/regulamentares locais aplicáveis, assim como, atuará como canal com os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

“**Operador de Dados**” é uma pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do Controlador de Dados.

“**Autoridade Nacional de Proteção de Dados**” ou “**ANPD**” significa a autoridade administrativa encarregada da Proteção de Dados Pessoais e é um órgão da administração pública nacional responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados em todo o território brasileiro.

“**Titular dos Dados**” é qualquer pessoa natural ou jurídica que possa ser identificada, direta ou indiretamente, através de meios que provavelmente serão usados por qualquer pessoa física ou jurídica, em particular em relação a um número de identificação, dados de localização, identificador online ou um ou mais fatores específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, econômica, cultural ou social dessa pessoa. Pode ser um segurado, um estipulante, um funcionário ou um fornecedor.

“**Consentimento**” Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para a finalidade determinada.

“**Dados Pessoais**” significa quaisquer dados relacionados a um indivíduo (pessoa natural) que é ou possa ser identificada a partir dos dados ou a partir dos dados em conjunto com outras informações.

“**Tratamento**” é qualquer ação tomada tendo por base dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, tratamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

“**Dados Sensíveis**” significa os dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico

Título:
Política de Proteção de Dados Pessoais

Código: POL-013
Versão: 001

ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

4. OBJETIVO

O objetivo é auxiliar na observação da Política de Proteção de Dados Pessoais e cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados e toda e qualquer legislação, incluindo regulamentações das autoridades competentes, que direta ou indiretamente estabeleça regras sobre o tema.

5. ESCOPO

A presente Política aplica-se às atividades de tratamento da **Aruana** relacionadas a:

- I.** Comercialização de apólices de seguros, incluindo todas as fases do produto (s), abrangendo desde a sua concepção, desenho, desenvolvimento, intermediação e distribuição, até o cumprimento de todas as obrigações, inclusive nas respectivas regulações de sinistros e liquidações;
- II.** Informações dos prestadores de serviços, incluindo os contratos firmados de todos os gêneros;
- III.** Informações entre as empresas integrantes do setor de seguros, com a finalidade de prevenção e o combate a fraude contra o seguro;
- IV.** Informações bancárias utilizadas para cobrança e crédito, como número da agência e da conta corrente, número do cartão de crédito, etc.
- V.** Recursos Humanos.

5.2. Escopo dos Dados Pessoais

Todos os tipos e categorias de Dados Pessoais tratados pela **Aruana** no curso de suas atividades estão contemplados no escopo desta Política. Esses tipos e categorias incluem: Dados Pessoais coletados dos segurados, estipulantes, reclamantes, funcionários e estagiários da Aruana, candidatos a empregos, parceiros comerciais, fornecedores e outros terceiros.

A Política de Proteção de Dados Pessoais cobre tanto os tipos de Tratamento automatizados como manuais.

6. PRINCÍPIOS PARA O TRATAMENTO DOS DADOS

6.1. Princípios Gerais

O Tratamento de Dados Pessoais executado na **Aruana** é realizado de acordo com as leis aplicáveis e com as disposições desta Política e, em particular, com as seguintes regras mínimas:

Título:
Política de Proteção de Dados Pessoais**Código:** POL-013
Versão: 001

- Quando estabelecido pela Lei Geral de Proteção de Dados, um relatório de impacto à proteção de dados pessoais (“RIPD”), deve ser conduzido pela Aruana, incorporando os princípios estabelecidos no Art. 6º e respectivos incisos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- Os Dados Pessoais serão obtidos de forma justa e legal e com o direito à informação do Titular dos Dados, exceto se essas informações não forem necessárias considerando as hipóteses estabelecidas para o seu tratamento, se necessário, o consentimento expresso do Titular dos Dados será obtido;
- Os Dados Pessoais são coletados apenas para propósitos especificados, explícitos e legítimos e não serão tratados de forma incompatível com esses propósitos. Os Dados Pessoais apenas serão disponibilizados a terceiros para os ditos propósitos ou de qualquer outra forma permitida pelas leis aplicáveis;
- Os controles e procedimentos técnicos e organizacionais apropriados foram implementados para garantir a segurança dos Dados Pessoais e evitar acesso ou divulgação não autorizada, que potencialmente poderiam resultar em alteração, destruição acidental ou ilegal, perda dos dados e contra todas as demais formas ilegais de tratamento, considerando as obrigações legais e boas práticas. As medidas de segurança foram elaboradas para garantir um nível de segurança apropriado aos riscos representados pelo Tratamento e Natureza dos Dados Pessoais a serem protegidos;
- Os Dados Pessoais coletados são adequados, relevantes e não excessivos em relação aos propósitos para os quais são coletados e/ou serão processados.
- Os Dados Pessoais não serão retidos por um período maior que o necessário para os objetivos para os quais foram obtidos, a menos que exigido de outra forma pelas leis ou regulamentos aplicáveis ou quando houver consentimento específico indicando um determinado período;
- Estão implementados procedimentos para garantir respostas imediatas às indagações dos Titulares dos Dados, para assegurar que eles possam exercer adequadamente seu direito de acesso, retificação e recusa ao Tratamento (exceto quando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais autorizar de outra forma).

6.2. Os Dados Pessoais apenas devem ser processados se esse Tratamento for baseado em bases legítimas, incluindo, por exemplo, se:

- O Titular dos Dados deu consentimento inequívoco; ou

Título:
Política de Proteção de Dados Pessoais**Código:** POL-013
Versão: 001

- O Tratamento é necessário para o desempenho de um contrato no qual o Titular dos Dados é parte ou para executar etapas mediante a solicitação do Titular dos Dados antes de celebrar um contrato; ou
- O Tratamento é necessário para conformidade com uma obrigação legal com a qual o Controlador dos Dados está sujeito; ou
- O Tratamento é necessário para proteger os interesses vitais do Titular dos Dados; ou
- O Tratamento é necessário para o desempenho de uma tarefa executada no interesse público ou no exercício de uma autoridade oficial investida no Controlador dos Dados ou em um terceiro para o qual os Dados Pessoais foram divulgados; ou
- O Tratamento é necessário para objetivos de interesses legítimos almejados pelo Controlador dos Dados ou por Terceiro ou Partes para as quais os Dados Pessoais foram divulgados, exceto quando esses interesses são sobrepostos pelos interesses dos direitos e liberdades fundamentais do Titular dos Dados.

6.3. Dados Sensíveis

Dados Sensíveis incluem quaisquer Dados Pessoais relacionados a:

- Origem racial ou étnica, opiniões políticas ou crenças religiosas ou filosóficas do Titular dos Dados;
- Se o Titular dos Dados é membro de um sindicato ou partido político;
- Se o Titular dos Dados está vinculado a uma organização religiosa;
- Saúde mental ou física ou condição ou vida sexual do Titular dos Dados;
- Dados genéticos ou biométricos;
- Outros dados específicos considerados sensíveis mediante as leis e regulamentos próprios.

A lista acima em hipótese alguma deverá ser considerada como exaustiva de Dados Sensíveis, na medida em que a legislação ou regulamentação incluir categorias adicionais que deverão, quando aplicável, ser consideradas como Dados Sensíveis.

6.4. O Tratamento de Dados Sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

- Quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;
- O Tratamento é necessário para os objetivos de executar as obrigações e direitos específicos do Controlador dos Dados no campo da legislação trabalhista dentro da extensão da legislação aplicável para as proteções adequadas;
- O Tratamento é necessário para proteger a vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;
- O Tratamento é realizado no exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);

Título:
Política de Proteção de Dados Pessoais

Código: POL-013
Versão: 001

- O Tratamento é realizado para garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais;
- O Tratamento relaciona-se com Dados Sensíveis que foram tornados públicos pelo Titular dos Dados; ou
- O tratamento é permitido de outra forma mediante lei própria.

6.5. Subcontratação de operadores

Nos casos em que o Tratamento for realizado por um operador em nome da **Aruana**, a **Seguradora** escolherá um subcontratado que tenha medidas técnicas de segurança e organizacionais suficientes, que assegure que o Tratamento será executado de acordo com esta Política, que garanta à **Aruana**, por escrito, que cumprirá as medidas aqui estabelecidas, sempre em conformidade com a LGPD, assinando um contrato estipulando que atuará conforme as instruções da **Seguradora**.

7. DIREITOS DOS INDIVÍDUOS EM RELAÇÃO AOS DADOS PESSOAIS

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais define que os indivíduos devem receber informações sobre o Tratamento dos Dados Pessoais no momento da coleta dos dados, embora possa haver exceções a esta regra. O tipo exato de informações a serem fornecidas variará dependendo da operação, contrato ou serviço, mas geralmente inclui, no mínimo:

- Nome do Controlador dos Dados, que em conformidade com a Lei Complementar 105/2001 é a Aruana Seguradora;
- Tipos de dados coletados;
- Objetivos da coleta e Tratamento de Dados Pessoais;
- Destinatários dos Dados Pessoais;

- Informações sobre os direitos de acesso, correção, atualização e em alguns casos retirada de consentimento ou exclusão dos Dados Pessoais dos sujeitos dos dados, e como exercer esses direitos.

Estas informações poderão ser encontradas nos termos de uso de site ou aplicativos da **Seguradora**, contratos firmados com os segurados e outras informações disponíveis nos canais oficiais.

No que diz respeito à LGPD, o Consentimento será necessário para realização de alguns tratamentos específicos, caso não exista base legal para utilização dos dados coletados. O Consentimento deve abranger as atividades de tratamento de Dados Pessoais realizadas.

Título:
Política de Proteção de Dados Pessoais

Código: POL-013
Versão: 001

No caso de um Tratamento de Dados Pessoais, os Titulares dos Dados possuem os seguintes direitos dentre outros previstos na legislação brasileira:

- Confirmação da existência de tratamento;
- Acesso aos dados;
- Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;
- Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;
- Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas na LGPD;
- Informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
- Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- Revogação do consentimento, nos termos da LGPD.

Os seus dados pessoais serão hospedados em servidores localizados no Brasil ou em nuvem para aumentar o nível de segurança dos dados.

8. AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO

8.1. Programa de treinamento

A **Aruana** é a responsável por implementar programas de treinamento sobre proteção de Dados Pessoais aos funcionários envolvidos no Tratamento de Dados Pessoais em relação aos princípios contidos nesta Política.

Os princípios gerais para treinamento e aumento de conscientização serão elaborados de forma conjunta e, quando possível, serão compartilhados com exemplos práticos através de sessões de conscientização (*e-learning* ou presencial) e serão realizadas em linha com as leis e processos aplicáveis.

A **Aruana** executará o controle do nível de treinamentos concluídos com êxito. Além disso, realizará, periodicamente, atualizações de treinamento e o treinamento sobre proteção de Dados Pessoais de funcionário recém contratado.

A **Aruana** considerará os seguintes itens no programa de treinamento:

- Sumário dos principais conceitos;
- Apresentação dos critérios para o tratamento com base na LGPD;

Título:
Política de Proteção de Dados Pessoais

Código: POL-013
Versão: 001

- Síntese das bases legais para o tratamento de Dados Pessoais;
- Ilustrações da aplicação dos princípios na prática;
- Uma visão geral das políticas e procedimentos relevantes da Aruana, e
- Um estudo de caso interativo que exige que os funcionários lidem com um problema de proteção de dados, como uma solicitação do Titular dos Dados para acessar todos os Dados Pessoais relacionados a ele.

Em todos os casos, o foco do treinamento serão os requisitos previstos na LGPD.

8.2. Governança

A **Aruana** criou um Comitê de Privacidade de Dados constituído pelos gestores das Áreas Jurídica, de Risco, Controles Internos e o Encarregado de Dados. O Encarregado de Dados será o responsável, em conjunto com todas as áreas envolvidas, pela implementação das diretrizes e obrigações fixadas na LGPD.

8.3. Controle

Considerando potenciais consequências graves decorrentes da violação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a **Aruana** implementou programas de conformidade e controles relacionados que foram elaborados de forma cabível para prevenir, detectar, monitorar e abordar violações em potencial.

9. REGISTRO DE RECLAMAÇÕES

A **Aruana** instituiu um processo interno, centralizado, para registros de reclamações sobre o tratamento dos dados pessoais. No caso de uma reclamação, os Titulares dos Dados que considerarem a realização de um tratamento ilegal, inapropriado ou incompatível com a Política de Proteção de Dados Pessoais, deverão peticionar para:

- > Encarregado de Dados Pessoais da Aruana Seguradora; e/ou
- > Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

A **Aruana** tem em seu site ferramentas práticas que permitam aos Titulares dos Dados registrarem suas reclamações

A menos que fique comprovado ser particularmente difícil encontrar as informações necessárias para conduzir a investigação, as reclamações serão investigadas da maneira mais rápida possível, com a conclusão em, no máximo, 1 (um) mês e dando visibilidade dos próximos passos em até 05 (cinco) dias úteis ao titular dos dados pessoais.

Título:
Política de Proteção de Dados Pessoais

Código: Versão:
POL-013 001

10. ASSISTÊNCIA MÚTUA E COOPERAÇÃO COM A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

A **Aruana** cooperará com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) em qualquer problema em relação à Proteção de Dados, dentro dos limites previstos na LGPD e sem renunciar a quaisquer defesas e/ou direitos de recurso disponíveis ao Controlador de Dados:

- Disponibilizando o pessoal necessário para o diálogo com a ANPD;
- Revisando de forma proativa, procedimentos internos considerando quaisquer diretrizes estabelecidas pela ANPD;
- Ao responder as solicitações por informações ou reclamações;
- Ao aplicar as recomendações relevantes ou diretrizes estabelecidas.

A **Aruana** concorda em observar as decisões da ANPD, dentro dos limites estabelecidos na LGPD e regulamentos aplicáveis, sem renunciar a quaisquer defesas e/ou direitos de recurso disponíveis ao Controlador de Dados.

Se a ANPD solicitar informações ou de qualquer outra forma exercer seu direito de investigação, o Encarregado de Dados deve ser informado sem demora. Desta forma, o Encarregado de Dados deve atuar como o coordenador primário para formular uma resposta apropriada à indagação, tendo como suporte os colaboradores e/ou prestadores de serviços potencialmente envolvidos, bem como, os administradores e/ou responsáveis. Além disso, o Encarregado de Dados atuará como o contato direto e primário em relação a ANPD.

11. DATA EFETIVA E PRAZO DE VIGÊNCIA

A Política de Proteção de dados entrou em vigor em 03 de agosto de 2020.

12. IMPLEMENTAÇÃO - NOTIFICAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DADOS PESSOAIS - REVISÃO - RELATÓRIO

Implementação

A **Aruana**, como Controladora, é a responsável por assegurar um programa apropriado e efetivo de proteção de dados. Para facilitar a operação adequada desse programa, o Encarregado de Dados supervisionará a implementação e operação em andamento do programa de conformidade de proteção de dados da **Seguradora**.

O programa de conformidade de proteção de dados estará sujeito a auditorias internas periódicas que testarão a eficácia dos programas de conformidade de proteção de dados.

Título:
Política de Proteção de Dados Pessoais

Código: POL-013
Versão: 001

Notificação de violação de Dados Pessoais

Quando os Dados Pessoais dos Titulares dos Dados estiverem comprometidos, o Operador responsável deverá notificar o Encarregado de Dados imediatamente. Assim, a **Aruana** juntamente com o Encarregado de Dados, notificará a Autoridade Nacional de Proteção de Dados sem demora e em um prazo razoável ou determinável, contado da ciência do incidente de segurança.

A Comunicação deverá mencionar, sempre que possível, a descrição da natureza dos dados pessoais afetados, as informações sobre os titulares envolvidos, os motivos da demora, no caso da comunicação não ter sido realizada imediatamente, e as medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observando o segredo comercial.

Revisão

O Encarregado de Dados e o Comitê de Privacidade de Dados revisarão e atualizarão regularmente a Política de Proteção de Dados Pessoais, como, por exemplo, consequência de alterações maiores na estrutura corporativa e no ambiente regulatório.

Neste sentido, o Encarregado de Dados e o Comitê de Privacidade de Dados auxiliarão na definição e atualização das medidas técnicas e organizacionais a serem implementadas ao coletar, tratar e/ou usar Dados Pessoais em conformidade com os requisitos legais. Tais medidas organizacionais e/ou técnicas podem apenas entrar em vigor após o Encarregado de Dados revisar e aprovar sua compatibilidade com esta Política.

Relatório

A **Aruana** manterá registrado em relatório as informações relacionadas a violações de segurança de dados, qualquer auditoria ou exame da ANPD.

13. RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E OPERACIONALIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Os Dados Pessoais do Titular fornecidos no momento da proposta ou contratação de uma apólice estão em poder da **Aruana**, na posição de Controladora, em função da sua atividade como Seguradora, devidamente autorizada a comercializar produtos de seguros pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), como pessoa jurídica de direito privado com CNPJ/MF 07.017.295/0001-58, com sede na Rua México, nº 3, 6º Andar, Edifício Civitas, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.031-144.

Esclarecimento de dúvidas relacionadas a esta Política deverão ser encaminhadas diretamente ao Encarregado de Dados através do endereço na Rua México, nº 3, 6º Andar, Edifício Civitas, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.031-144 ou endereço de e-mail dpo@aruanaseguradora.com.br